

**ESCOLA SEM HOMOFOBIA:  
ANALISANDO UM DISCURSO DA IDEOLOGIA DE GÊNERO**

*Sharlys Jardim da Silva Santos* (UNESA/UENF)  
[sharlys jardim@hotmail.com](mailto:sharlys jardim@hotmail.com)

*Amanda Leal Castelo Branco* (UFV)  
[amandalealcb@gmail.com](mailto:amandalealcb@gmail.com)

*Shirlena Campos de Souza Amaral* (UFF/UENF)  
[shirlenacs@gmail.com](mailto:shirlenacs@gmail.com)

**RESUMO**

A escola, segundo o Ministério da Educação, deve ser vista como um local de inclusão e suas ações devem ser pautadas no reconhecimento e respeito à diversidade. Tendo em vista esta afirmação, o Governo Federal, em 2004, propôs a criação do programa "Brasil sem Homofobia" que previa, dentre suas diretrizes, promover valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual. Dentre as propostas, no âmbito da educação, estava a produção de materiais educativos para discutir questões como orientação sexual e homofobia. Após inúmeros debates, no ano de 2011, a proposta se materializou na elaboração do caderno *Escola sem Homofobia*. Contudo, posterior a pressões de setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional, o material foi engavetado pelo governo. Nesse contexto, trabalhamos neste artigo a análise do discurso da reportagem: "Opinião: Debate sobre homofobia e preconceito na escola é fundamental", publicada no portal de notícias da Rede Globo em 02/06/2011. Nela, a psicóloga Ana Cássia Maturano apresenta argumentos a favor da distribuição do material nas escolas, evidenciando a importância deste tema ser discutido e inserido na didática de cada professor, ajudando-os, inclusive, a lidar com suas visões, muitas vezes, homofóbicas. Diante disso, constatamos que a reportagem assumiu a ideologia de gênero ou "ideologia da ausência de gênero", pautada na ideia de que a sexualidade humana é parte das construções sociais e culturais e colocou-se contrária à ideologia conservadora, ligada à manutenção das ideias morais e conservadoras presentes na sociedade.

**Palavras-chave:** Homofobia. Análise do discurso. *Ethos*. Sexualidade.

**1. Introdução**

Em um contexto histórico, segundo Freire e Cardinali (2012), a homossexualidade foi se tornando um foco de interesse a ser debatido no âmbito social. Ela por muitas décadas foi considerada um pecado capital para o cristianismo; no âmbito jurídico, foi percebida como um crime, e como doença e um desvio psicológico para a medicina. A partir deste ponto inicial, podemos desde já observar que a homossexualidade apesar de ter sido muito bombardeada por diferentes padrões sociais, hoje ela

pode ser vista como “orientação sexual” equiparada à heterossexualidade. Essa mudança permitiu que os homossexuais pudessem se ingressar no debate político em busca de seus direitos como sujeitos legítimos.

Diante do desafio de abranger as políticas públicas no contexto da diversidade sexual, buscamos neste artigo traçar provocações e reflexões sobre o programa do Brasil sem Homofobia, em um âmbito diferenciado, acreditando que este tema deve ser discutido em todas as instâncias devido à relevância da temática e emergência da discussão.

Neste trabalho, na primeira sessão, apresentamos um recorte a respeito da proposta do "Brasil sem Homofobia", na qual detalhamos em linhas gerais suas diretrizes e objetivos. No segundo momento, oferecemos uma fundamentação teórica sobre o *ethos* a partir da análise do discurso e, no terceiro momento do artigo, analisamos a entrevista<sup>97</sup> intitulada: "Opinião: Debate sobre homofobia e preconceito na escola é fundamental", publicada no portal de notícias da Rede Globo, em 02/06/2011, da psicóloga Ana Cássia Maturano, quando forneceu uma entrevista para o jornal *O Globo*, em uma edição “Especial para o G1”, assinalando argumentos a favor da distribuição do material nas escolas, evidenciando a importância deste tema ser discutido e inserido na didática de cada professor, ajudando-os, inclusive, a lidar com suas visões, muitas vezes, homofóbicas.

Por fim, neste artigo, nosso objetivo não é de fazer uma análise sobre o programa Brasil sem Homofobia, mas emanar uma análise da entrevista da psicóloga Ana Cássia Maturano, utilizando o *ethos* da análise do discurso, considerando todos os aspectos envolvidos da fala da entrevistada.

## **2. O programa "Brasil sem Homofobia" e o caderno Escola sem Homofobia**

“Brasil sem Homofobia” é um programa lançado em 2004, que objetiva o combate à violência e à discriminação contra GLTB, visando a promoção da cidadania homossexual. Este programa foi estruturado na união do governo federal juntamente com a sociedade civil organizada, e o seu surgimento adveio após a ação mobilizadora do programa Direitos

---

<sup>97</sup> A entrevista completa está anexada no final deste artigo.

Humanos Direitos de Todos, a qual elaborou o Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais. “Tal programa se apresenta como proposta intersetorial, abrangendo ações nos setores saúde, educação, cultura, trabalho, e segurança pública”. (LIONÇO, 2008, p. 14)

Os objetivos que circunscrevem o programa “Brasil sem Homofobia” se fundam na intenção de

[...] promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgênicos e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais. (BRASIL, 2004, p. 11)

Nardi e Quarteiro (2012) destacam que este programa surge com uma proposta diferenciada por propor a inserção do tema da diversidade sexual no espaço escolar, além de trazer inovação à discussão relacionada à igualdade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Vistos esses como temas de impactos para debates nas salas de aulas, medida pela equipe pedagógica escolar e do corpo docente.

Entendendo a necessidade emergente da escola em inserir nas suas propostas pedagógicas os temas de gênero, Pereira e Bahia (2011) concordam que a escola precisa contribuir com esse movimento de emancipação, fazendo com que aconteça na escola uma reflexão ativa sobre os temas de gênero e sexualidade, de modo que possam ser discutidos e conversados com tranquilidade. Tendo em vista, uma construção social e relacional mais humanitária e igualitária, “nos tempos hodiernos, é pensamento corrente que para se viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem”. (PEREIRA & BAHIA, 2011, p. 52)

Nesta mesma perspectiva de pensamento, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997) destacam que:

O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de aprendizagem de que as regras do espaço público permitem a coexistência, em igualdade, dos diferentes. (BRASIL, 1997, p. 117)

Desta forma, os temas relacionados à orientação sexual são temas transversais no PCN. O objetivo inicial não é o de nomear uma ou outra disciplina como responsável por estas discussões, pelo contrário. Os PCN propõem que assuntos referentes à sexualidade devem ter uma abrangên-

cia a todas as disciplinas pré-definidas nos seguimentos, e cabe exclusivamente ao professor incluí-las em suas disciplinas em formas de debates ou de reflexões.

Tendo em vista a necessidade de formação específica para os professores abordarem estes temas, Pereira e Bahia (2011) destacam:

É necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. Os professores necessitam entrar em contato com suas próprias dificuldades diante do tema, com questões teóricas, leituras e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens: preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de produção de conhecimento a partir dessa prática, se possível contando com assessoria especializada. (PEREIRA & BAHIA, 2011, p. 63, *apud*, BRASIL, 1998, p. 303)

Enfatizando o objetivo destacado anteriormente, o referido programa trouxe na sua constituição uma série de diretrizes e princípios estratégicos adotados para que em sua instância final pudesse ter sido aplicado sem que houvesse possíveis interrupções capazes de comprometer o seu desenvolvimento. Para que esses contratempos não ocorressem, o Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação buscou

a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual; e d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLTB. (BRASIL, 2004, p. 11)

Apesar da aparente fluência demonstrada pelo Governo em denotar apoio ao desenvolvimento e aplicabilidade deste projeto, Mello et al. (2012) ilustram um recorte preciso ao evidenciar um comparativo no discurso do programa de governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo estes autores, nos anos de 2003 a 2006 o candidato não fazia qualquer alusão aos direitos LGBT. Contudo, somente no segundo mandato dos anos 2007 a 2010 do mesmo candidato que houve o projeto de ação: “Desenvolver e aprofundar as ações de combate à discriminação e promoção da cidadania GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais), nos marcos do programa “Brasil sem Homofobia”, que será ampliado e fortalecido” (LULA PRESIDENTE, p. 32; MELLO et al., 2012). Apesar de todo suposto apoio oferecido por parte do governo, existe ainda uma grande resistência por parte dos órgãos governamentais

e municipais em executarem efetivamente o "Brasil sem Homofobia" e outros projetos de ações voltadas à população LGBT.

Com todas as resistências apresentadas a caráter governamental, o Brasil obteve muitos avanços com relação a inserção do tema sexualidade nas escolas. Nardi e Quarteiro (2012) fazem uma demarcação de décadas e seus respectivos avanços com relação ao tema: "A lei brasileira prevê a educação sexual na escola desde 1928, entretanto, até 1950, apesar desses programas apresentarem um caráter higienista, havia uma significativa resistência à sua implantação [...]" (p. 65). Os autores complementam dizendo ainda que uma das grandes vozes opositoras veio notadamente da Igreja Católica, por apresentar resistências e exigir exclusividade para tratar desta temática. Contudo, nos anos 70 com o movimento feminista, houve um notável avanço com relação as reivindicações por uma "educação sexual não sexista", o que não incidiu muita mudança no campo educacional. Nos anos 90 ocorreu o surgimento de projetos pedagógicos redirecionados as doenças sexualmente transmissíveis, como temas norteadores a sem debatidos nas escolas, o que estrategicamente consolidou-se na necessidade de incluir e debater temas sexuais com os alunos de todos os segmentos.

Um outro avanço importante ocorrido no Brasil, foi a retirada do homossexualismo no rol de doenças do INPS<sup>98</sup>. Segundo Freire e Cardinali (2012), essa conquista após treze anos foi executada com o aval do Conselho Federal de Psicologia, que só em 1999 houve a proibição do tratamento da homossexualidade por parte dos psicólogos; deixou assim de ser reconhecida como uma patologia, e passou a ser vista oficialmente como uma "variedade da sexualidade humana, da mesma forma que a heterossexualidade". (p. 44)

Mesmo diante de consideráveis avanços, a execução do "Brasil sem Homofobia" enfrentou sucessivos problemas no que diz respeito a ampliação e transversalização das políticas macro. Irineu (2014) elenca algumas ações realizadas como o

[...] apoio a projetos de ONGs; capacitação de militantes e ativistas; criação de núcleos de pesquisa em universidades públicas; projetos de capacitação de professores da rede pública; programas na área de saúde e prevenção de DST/AIDS; e criação de centros de referência em direitos humanos e combate a crimes de homofobia. (p.199)

---

<sup>98</sup> Instituto Nacional de Previdência Social.

Irineu (2014) diz, ainda, que as atividades propostas foram realizadas até o ano de 2008 sem completa confiabilidade, pois envolvia-se mais as ONGs do que os órgãos estatais.

Entretanto, alguns compromissos firmados no "Brasil sem Homofobia" foram concretizados, como, por exemplo, a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, intitulada "Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais", realizada em junho de 2008. (p. 199)

Um reflexo do "Brasil sem Homofobia" foi a elaboração de um kit de materiais educativos do referido projeto no início de 2011, pelo Ministério da Educação, com o apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD). Silva e Moreira (2012) expõem que este kit foi criado com o objetivo de instrumentalizar o professor na sala de aula para trabalhar os temas envolvidos a sexualidade humana. No material contém alguns vídeos que visam "[...] à desconstrução de imagens estereotipadas sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e para o convívio democrático com a diferença". (p. 10)

Contudo, após a divulgação deste material na mídia o mesmo foi denominado pela imprensa de "kit gay", acreditando em se tratar de um kit que traz em sua composição instruções relacionadas a como se tornar um homossexual. Contrariando assim, as motivações envolvidas na elaboração do material didático, destinado ao enfrentamento do preconceito e das práticas homofóbicas nas escolas (DINIS & PAMPLONA, 2014, p. 221). Esse fato ilustra de maneira representativa o que acontece em nossa sociedade quando os órgãos governamentais abrem alternativas de debates sobre temas relacionados a sexualidade. "[...] são frequentes concepções homofóbicas que alicerçam práticas discriminatórias e preconceituosas" (CEARA & DALGALARRONDO, 2010, p. 118), na nossa sociedade.

### **3. A análise do discurso a partir do *ethos***

Antes de aprofundarmos no *ethos*, entenderemos em linhas gerais a partir das colocações de Jesus (2009), de que forma a análise do discurso pode ser entendida. Segundo esse autor, ela pode ser compreendida como um "constructo teórico interdisciplinar" capaz de englobar conhecimentos de áreas distintas. Dessa forma, a análise do discurso "[...] constitui um modelo técnico-didático apropriado para analisar textos e

seus efeitos de sentido, nas diversas situações de interação social”. (p. 1)

Além disso, Gregolin (1995) complementa dizendo que a análise do discurso “significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu” (p. 20). Dessa forma, podemos considerar que o discurso é constituído do momento social (ou histórico) e dos aspectos linguísticos que caracterizam determinado grupo social. Assim a análise do discurso analisa simultaneamente esses dois aspectos.

A teoria do discurso está intimamente ligada à questão da constituição do sujeito social. Segundo Fischer (2001, p. 206, *apud* PINTO, 1989, p. 25), “Se o social é significado, os indivíduos envolvidos no processo de significação também o são e isto resulta em uma consideração fundamental: os sujeitos sociais não são causas, não são origem do discurso, mas são efeitos discursivos”.

Quando analisamos o discurso, estamos diretamente lidando com o contexto a qual ele foi criado e será por meio desta análise que nós iremos procurar a relação da modalidade linguística e social apreendida ideologicamente. (GREGOLIN, 1995, p. 17)

Nesse sentido, conforme Oliveira (2009) a “análise textual” e a análise do discurso não têm por objetivo analisar linguisticamente as frases ou unidades gramaticais menores. Pelo contrário, a análise do discurso busca compreender a organização do diálogo: “tomada de turno, a estrutura das aberturas e dos fechamentos conversacionais, no caso da linguagem falada. Ou a estrutura de uma reportagem de jornal, como exemplo de estudo das propriedades organizacionais do discurso escrito”. (p. 63)

Segundo Carvalho (2011), “[...] o conceito de *ethos* advém da Retórica de Aristóteles e foi reformulado por Maingueneau para a análise do discurso” (p. 85). Sendo assim, Heine (2008) expõe que, a partir da análise do discurso, o *ethos* possui uma nomenclatura que

diz respeito à construção de uma imagem de si através do discurso. Assim, dizer que os participantes do discurso criam uma autoimagem através dele, significa também afirmar que o discurso carrega as marcas do enunciator e do coenunciador, entendidos aqui como aqueles que interagem no processo discursivo. As imagens do enunciator e do coenunciador agem no campo discursivo, de modo a serem parte constituinte do processo enunciativo. À construção dessa imagem de si no discurso convencionou-se chamar de *ethos*. (p. 155)

Podemos compreender desde já, que quando apresentamos alguma argumentação sobre algum assunto, expomos mesmo que imperceptivelmente um pouco das nossas ideologias e do que acreditamos como supostamente certo ou errado. Em linhas gerais, tudo que nós falamos e expressamos para o mundo exterior são os reflexos do que nós construímos no nosso mundo interior.

Recla (2012) diz, ainda, que mediante esse processo interativo de fala com o outro, nós acabamos influenciando esse outro não com uma imagem nossa, real, mas com uma imagem que nós criamos ao falarmos, utilizando desse modo o veículo da enunciação. “Nesse sentido, *ethos* discursivo aparece como categoria interativa que se constrói na instância enunciativa, no momento em que o enunciador toma a palavra e se mostra por meio de seu discurso” (p. 99-98). Sendo assim, podemos compreender que a nossa fala é desenvolvida por meio de uma construção social a partir do meio à qual nós pertencemos, e que de certa forma a reproduzimos linguisticamente a partir de características e costumes sociais.

Nesse sentido, o *ethos* assume uma importância fundamental ao discurso, pois é através da construção da imagem de si que o enunciador legitima seu próprio dizer, construindo uma imagem calcada em valores historicamente aceitos, de acordo com uma situação dada. (CAMPOS, 2008, p. 4)

Em relação à imagem transmitida por intermédio do discurso, Aurélio (2012) nos alerta que nem sempre o *ethos* visado corresponde ao *ethos* produzido. O que pode ocorrer quando vamos nos posicionar frente a alguma questão polêmica da sociedade. O nosso discurso pode ser reproduzido e construído por nós como algo positivo, mas que por mais que sejam consideradas as melhores intenções, o discurso final pode se apresentar completamente distorcido e com uma imagem completamente negativa sobre o que inicialmente nós desejamos transmitir positivamente. Um outro exemplo, são os políticos, que a todo instante em suas campanhas eleitorais tentam sustentarem um discurso honesto, sereno e comprometedor, mas que em termos sociais, todos nós sabemos que já existe uma imagem construída sobre estes indivíduos que se corrompem com demagogias baratas.

O *ethos* se constitui, portanto, na apresentação de si efetuada pelo locutor em seu discurso. Quando falamos em apresentação de si, não estamos dizendo que o locutor enumere suas qualidades, nem que fale explicitamente de si. A representação de si se dá através de seu estilo, suas crenças, suas competências linguísticas e enciclopédicas e na relação que estabelece com seu dizer. (CAMPOS, 2008, p. 3-4)

Sendo assim, Piris (2009) expõe que o “[...] *ethos* não se satisfaz



em recobrir a imagem do enunciador, [...] mas extrapola isso, ao remeter à ideia do fiador do discurso, daquele que garante o que é dito, legitimando seu discurso pelo seu modo de dizer”. (p. 3)

Lima (2014) nos chama a atenção a noção de fiador como uma veemência subjetiva, que tem por finalidade exercer a função de afiançar o que o enunciador diz. Assim, no discurso, ele ordena um *ethos* discursivo assumindo uma posição para si mesmo, com o objetivo de o coenunciador, ou seja, de concordar ao que foi dito, garantindo, por sua vez, o discurso.

Utilizando novamente o exemplo do candidato político, o mesmo pode criar uma imagem do fiador irreal. Passando-se por uma pessoa calma, tranquilo, comprometida, humana, humilde, honesta mesmo não tendo nenhuma dessas características.

Essa construção da imagem do fiador se relacionará, portanto, com as escolhas lexicais feitas pelo enunciador, que conferirão ao enunciado um tom de calma e tranquilidade, fazendo emergir, portanto, a imagem de um fiador calmo e tranquilo. (HEINE, 2008, p. 158)

Quando nos deparamos com um discurso, seja oral, seja escrito, não podemos dissociá-lo de sua circulação original, isto é, de suas condições sócio históricas de produção, de seu campo discursivo de origem, para que possamos compreender as razões e os objetivos da autoria do discurso. Sendo assim, é importante distinguirmos as diferenças entre autor e enunciador. O primeiro está para o sujeito produtor empírico, biológico; enquanto o segundo está na instância da enunciação, ou seja, não é mais um sujeito de carne e osso e sim um enunciador que se dá a ver no e pelo discurso, tomando para si um *ethos* discursivo e assumindo um posicionamento ao qual o enunciador pode ou não aderir. (LIMA, 2014, p. 5)

Recla (2012) comenta que, segundo Maingueneau (2005), “a cena enunciativa é constituída por três cenas em uma tripla interpelação: a cena englobante, que define o tipo de discurso, a cena genérica, a qual define o gênero de discurso, e, por último, a cenografia, que se constrói no próprio texto” (p. 97). Em outras palavras, podemos considerar que todo texto pertence a uma categoria de discurso, a uma cena genérica. Por existirem muitos tipos de textos e linguagens, essas formas de categorias tem uma grande variância. Além disso, devemos também considerar as diversidades textuais existentes em cada sociedade.

#### **4. Discussão e resultados**

Utilizamos como instrumento de análise a cena enunciativa da en-

trevista a fim de apreender o *ethos* discursivo que se constituiu por meio da mesma. “Considerando que é na instância do discurso que o *ethos* se manifesta” (CARVALHO, 2011, p. 88). Nas notícias de jornal é comum que o enunciador procure construir o efeito de objetividade e, para isso, mantém a enunciação afastada do discurso, como garantia de sua “imparcialidade. (GREGOLIN, 1995, p. 19)

No trecho inicial da entrevista, percebemos que a psicóloga inicia sua fala apoiando e denotando objetividade a respeito do Kit elaborado pelo programa “Brasil sem Homofobia”, em que afirma veementemente que a: “*Proibição do kit evidencia a dificuldade que se tem em lidar com o assunto*”. Proibindo a utilização deste kit, é ir contra ao que os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1997) evidenciam, que a na qual deve-se entender que é na escola que esses debates devem acontecer, desde cedo com os alunos dos diferentes segmentos.

A psicóloga além de demonstrar sua opinião em relação aos alunos, também expõe a respeito da necessidade dos professores de saírem de suas zonas de conforto e agenciarem o apoio a inclusão desta temática na escola. Contudo, por se tratar de uma visão em uma perceptiva psicológica, Maturano (2011) não deixa de considerar que o professor para poder se inserir nesta temática ele precisa necessariamente de uma preparação, muitas vezes didática-metodológica e psicológica.

Professores precisam ter espaço para discussão e reflexão. Pode-se dizer que o kit anti-homofobia é um sucesso. O adiamento de sua entrada nas escolas inflamou a discussão sobre o assunto. E é isso que importa: discutir o tema. Muito provavelmente, ele seria pouco produtivo nas escolas. Como vários projetos na área de educação, cairia de paraquedas na cabeça dos professores, que teriam de trabalhar com o tema junto aos alunos, ajudando-os a lidar com suas visões muitas vezes homofóbicas. E quem ia ajudar o professor a elaborar esse assunto? (MATURANO, 2011)

Nardi e Quarteiro (2012) evidenciam os aspectos psicológicos, complementando o que Maturano expôs em reação a participação ativa da escola na inclusão de temas emergências na sociedade. Acreditando que a escola é sim um espaço agenciador de saberes e discussões que viabilizarão a desconstrução de ideologias, muitas vezes infundadas advindas de uma sociedade enrijecida. E assim, os autores complementam:

A educação escolar pode ser definida como integrante do dispositivo da sexualidade e como agenciadora privilegiada do biopoder, do controle e da normalização ao esquadrinhar – a partir dos usos, dos saberes e dos enunciados oriundos de diversas disciplinas, mas com um lugar privilegiado destinado à psicologia – o normal e o patológico. Do mesmo modo, a escola pode ser pensada como uma forma fundamental de acesso à igualdade de direitos. Embora estejamos destacando estes dois papéis da escola que funcionam como

agenciadores do dispositivo, é importante ressaltar que não se trata de dois lados, pois estes dois aspectos/componentes são complementares. Basta lembrar que a noção de seguridade social, por exemplo, se construiu a partir da divisão sexual do trabalho e de uma lógica familista que pressupõe a heterossexualidade. (p. 64)

Apresentando um pouco indignação quanto ao posicionamento dos grupos sociais que não aprovam o "Brasil sem Homofobia", a psicóloga desabafa afirmando:

Não dá simplesmente para combinar que agora ninguém mais vai ser homofóbico, usando simplesmente da repressão. Valores e sentimentos não são passados apenas por palavras, mas principalmente na sutileza dos atos. A comunidade gay sabe bem o que é isso. Muitos tentaram reprimir seus sentimentos e identidade homossexual. E do que adiantou? De nada. Continuaram sendo como são. (MATURANO, 2011)

Freire e Cardinali (2012) ao dizerem sobre reconhecimento da homossexualidade vista não como algo patológico, mas pertencente à sexualidade humana, incide desde já a desmistificação de muitas ideologias presentes na sociedade, que de certa forma alimentam opiniões homofóbicas e repressoras a comunidade LGBT.

Por isso mesmo deve ser tratado com mais seriedade. A proibição do kit pelo governo deixa evidente a dificuldade que se tem em lidar com o assunto, sem contar o poder que os grupos religiosos têm. Não dá para esperar que eles consintam com algo assim. A atitude deles não é questão de certo ou errado, é coerente com o que pensam e pregam. Precisam se modificar, sem dúvida. Porém, eles não têm condições de discutirem o tema, estão presos em seus pré-conceitos. Não são bons conselheiros para isso. (MATURANO, 2011)

Nesta fala percebe-se, também, o que Campos (2008) diz com relação a apresentação do discurso utilizado como representação de si para expor suas crenças e subjetividades, por meio das competências linguísticas de se apoiar em um discurso expositivo.

(...) A escola que passa a respeitar a professora travesti e assume seu nome social mostra que modificações pouco prováveis há vinte anos no contexto escolar são hoje possíveis. A escola sozinha não vai modificar a sociedade, mas o conjunto de ações – na mídia, no embate político, no campo da jurisprudência, na produção de saberes voltados para este campo – produz a sinergia necessária para construirmos um mundo no qual os direitos não sejam definidos pela hierarquia da moral sexual. (NARDI & QUARTIERO, 2012, p. 84)

Acreditando no espaço que deve ser criado na escola de escuta e fala dos professores e alunos, a psicóloga mesmo entendendo a complexidade em levantar posicionamentos em relação ao tema, afirma que

Lidar com um assunto desses é algo delicado. É necessária muita atenção para

que o tiro não saia pela culatra. Faz-se necessário que os professores tenham um espaço de discussão e reflexão, onde alguns possam dizer de suas dificuldades em lidar com o assunto. Um espaço para falarem de seus preconceitos, para então poderem fazer o mesmo com seus alunos. O que dá para entender é que eles serão contemplados com um guia de orientação. Aquilo que pensam e sentem não tem espaço algum. (MATURANO, 2011)

Quem assistiu aos vídeos pode perceber que não há nada demais neles. Como disseram por aí, mostra muito menos que as novelas. Isso importa pouco. É necessário entender o sentido do projeto. Será apenas uma tentativa da educação em nosso país ser politicamente correta e moderna, ou há algo maior em sua proposta? (MATURANO, 2011)

Esta frase reflexiva e provocativa da psicóloga vem de encontro com o que Gregolin (1995) diz a respeito da construção de um texto e de um discurso, que na sua construção ele está inteiramente ligado e articulado a história que a sociedade produziu a respeito de determinado assunto, e que neste caso vincula-se a temática da homossexualidade inserida na escola.

Em relação à imagem transmita a partir do discurso, o que Heine (2008) chama de *ethos* é visto em toda a fala da Maturano (2011), e como exemplo daremos este outro recorte da entrevista em que ela diz:

Ao se falar em homofobia, fala-se da visão distorcida que se tem sobre o modo de ser de algumas pessoas, que difere da norma. É algo que existe há muito tempo e está arraigado nas pessoas (basta a leitura de alguns comentários dos internautas em matérias publicadas pelo G1 sobre o assunto). Mas é preciso mudar – afinal, as diferenças existem e são uma realidade.

Nesta fala, a psicóloga enfatiza a ideologia de uma sociedade que ela denomina determinadora de “normas” e que generaliza opiniões de pequenos grupos sociais como se fosse compilação de uma adesão comunitária. Ou seja, o pensamento de um grupo se propaga como se fosse o pensamento de uma sociedade inteira.

E por fim, ela finaliza a entrevista demonstrando não só a igualdade de direitos, mas também o reflexo fiador da sua fala como conceitua Heine (2008), ao se colocar no lugar de cada indivíduo que vivencia ou vivenciou algum tipo de discriminação:

Reduzir essa questão a um kit com três filmes e professores despreparados para lidar com o tema, é dar chance ao preconceito. É limitá-lo a um espaço muito pequeno. Isso faz lembrar o espaço da mulher e do negro, por exemplo. Grupos que também tiveram que conquistar seu lugar, como pessoas com direitos iguais aos outros. Cuja luta ainda continua. Eles, assim como os gays, têm um dia no ano em que são homenageados. O que tende a reforçar a ideia de que são mais frágeis e incapazes. Ora, todos os dias são da mulher, do negro, do gay, do índio... Isso é que é preciso ser construído pelo nosso povo, dia após dia. O que não vai ser garantido por um kit escolar. (MATURANO, 2011)

## 5. Conclusão

É certo que a sexualidade humana figura como um dos temas mais inquietantes e, quase sempre, mais recusados na ação prática do professor. Entretanto, cada vez mais a escola tem sido convocada a enfrentar as transformações das práticas sexuais contemporâneas, uma vez que seus efeitos se fazem alardear no cotidiano escolar. Assim, para uma educação sexual é essencial que os indivíduos participem eficazmente, tomem decisões e tenham direito à voz, o que exige uma educação democrática e acesso à informação. (PEREIRA & BAHIA, 2011, p. 68)

Sendo assim, concluímos que a construção do *ethos* contém características específicas atribuídas às regras ideológicas e enunciativas. Desse modo, na entrevistada analisada, foi possível compreendermos que o discurso pode ser reproduzido e construído fundado em questões relevantes ou não. Dependendo apenas do enunciador. E que por meio do processo interativo de fala com o outro, nós acabamos sofrendo influência direta do veículo da enunciação do *ethos* discursivo, ou seja, quando o enunciador toma a palavra e se mostra no meio do discurso. Fenômeno esse visto em diversos pontos da entrevista com a psicóloga.

Diante disso, constatamos que a reportagem assumiu a ideologia de gênero, regulada na ideia de que a sexualidade humana é parte das construções sociais e culturais. Colocando-se contrária à ideologia conservadora, ligada à manutenção das ideias morais e conservadoras presentes na sociedade, a psicóloga além de utilizar da sua ética moral e profissional, conseguiu transmitir sua opinião em relação ao programa "Brasil sem Homofobia" sem deixar de privilegiar nenhum dos grupos sociais, que de alguma forma lutam pela igualdade dos direitos humanos e sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AURÉLIO, Renato Pereira. Oferecendo uma imagem de si: A (des)construção do *ethos* discursivo da candidata Dilma Rousseff. *Revista Vozes dos Vales da UFVJM*: Publicações Acadêmicas – MG – Brasil – ano I, n. 02, 2012 PROEXC/UFVJM. Disponível em: <[http://www.ufvjm.edu.br/site/revistamultidisciplinar/files/2011/09/oferecendo-uma-imagem-de-si-a-des-construção-do-ethos-discursivo-da-candidata-dilma-rousseff\\_renato.pdf](http://www.ufvjm.edu.br/site/revistamultidisciplinar/files/2011/09/oferecendo-uma-imagem-de-si-a-des-construção-do-ethos-discursivo-da-candidata-dilma-rousseff_renato.pdf)>. Acesso em: 26-11-2015.

BORGES, Zulmira Newlands et al. Percepção de professoras de ensino

médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil). *Educ. rev.*, Curitiba, n. 39, p. 21-38, abr. 2011. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_pdf&pid=S0104-40602011000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0104-40602011000100003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 24-11-2015.

BRASIL. Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

CAMPOS, Carla Leila Oliveira. Aspectos linguísticos e sociais na construção do *ethos* – uma proposta de análise. *Saberes Interdisciplinares*, IPTAN, MG. 2008. Disponível em:

<[http://www.iptan.edu.br/publicacoes/saberes\\_interdisciplinares/pdf/revista02/aspectos%20linguisticos%20e%20sociais%20na%20construcao%20do%20ethos%20uma%20proposta%20de%20analise.pdf](http://www.iptan.edu.br/publicacoes/saberes_interdisciplinares/pdf/revista02/aspectos%20linguisticos%20e%20sociais%20na%20construcao%20do%20ethos%20uma%20proposta%20de%20analise.pdf)>. Acesso em: 24-11-2015.

CARVALHO, Fabiana Castro. Interdiscurso, cenas de enunciação e *ethos* discursivo em canções de Ataulfo Alves. *PERcursos Linguísticos*, Vitória (ES), vol. 3, n. 1, p. 82-98, 2011. Disponível em:

<<http://periodicos.ufes.br/percursos/article/download/1746/1315>>. Acesso em: 10-11-2015.

CEARA, Alex de Toledo; DALGALARRONDO, Paulo. Transtornos mentais, qualidade de vida e identidade em homossexuais na maturidade e velhice. *Rev. Psiquiatr. Clín.*, São Paulo, vol. 37, n. 3, p. 118-123, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832010000300005>>. Acesso em: 24-11-2015.

DINIS, Nilson Fernandes; PAMPLONA, Renata Silva. "Encontrando Bianca": discursos sobre o corpo-travesti. *Pro-Posições*, Campinas, vol. 25, n. 2, p. 217-236, ago. 2014. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072014000200012>>. Acesso em: 24-11-2015.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 197-223, novembro/2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>. Acesso

em: 20-11-2015.

FREIRE, Lucas; CARDINALI, Daniel. O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 37-63, dez. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872012000600003>>. Acesso em: 24-11-2015.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. A análise do discurso: conceitos e aplicações. *Alfa*, São Paulo, n. 39, p. 13-21, 1995. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/viewFile/3967/3642>>. Acesso em: 20-11-2015.

HEINE, Palmira Bahia. Considerações sobre a cena enunciativa: a construção do *ethos* nos blogs. *Ling. (Dis)curso*, Tubarão, vol. 8, n. 1, p. 149-174, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1518-76322008000100007>>. Acesso em: 26-11-2015.

IRINEU, Bruna Andrade. 10 anos do programa Brasil sem homofobia: notas críticas. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 193-220, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/viewFile/7222/6153>>. Acesso em: 23-11-2015.

JESUS, Waldívia Maria de. A projeção do *ethos* no discurso panfletário: possibilidade de persuasão. *Letra Magna*, ano 05, n. 11, 2009. Disponível em: <http://www.letramagna.com/ethospanfletario.pdf>>. Acesso em: 10-11-2015.

LIMA, Raquel Vaccari de. Desvelando o *ethos* discursivo no gênero de discurso epitáfio. *Interletras*, vol. 3, n. 19, 2014. Disponível em: [http://www.unigran.br/interletras/ed\\_anteriores/n19/conteudo/artigos/6.pdf](http://www.unigran.br/interletras/ed_anteriores/n19/conteudo/artigos/6.pdf)>. Acesso em: 10-11-2015.

LIONCO, Tatiana. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. *Saúde Soc.*, São Paulo, vol. 17, n. 2, p. 11-21, jun. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000200003>>. Acesso em: 24-11-2015.

MATURANO, Ana Cássia. Opinião: Debate sobre homofobia e preconceito na escola é fundamental: depoimento. [02 de junho, 2011]. São Paulo: *Revista da Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/06/opinio-debate-sobre->

[homofobia-e-preconceito-na-escola-e-fundamental.html](#)>. Acesso em: 01-10-2015.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *Soc. Estado*, Brasília, vol. 27, n. 2, p. 289-312, ago. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922012000200005>>. Acesso em: 23-11-2015.

NARDI, Henrique Caetano; QUARTIERO, Eliana. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 59-87, ago. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872012000500004>>. Acesso em: 24-11-2015.

OLIVEIRA, Dannilo Duarte. Mídia e política: análise do discurso do jornal *A Folha de Jequié*. *Diálogos & Ciência: Revista da Rede de Ensino FTC*, ano III, n. 8, março 2009. Disponível em: <[http://dialogos.ftc.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=165&Itemid=4](http://dialogos.ftc.br/index.php?option=com_content&task=view&id=165&Itemid=4)>. Acesso em: 24-11-2015.

PEREIRA, Graziela Raupp; BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. *Educ. Rev.*, Curitiba, n. 39, p. 51-71, abr. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602011000100005>>. Acesso em: 24-11-2015.

PIRIS, Eduardo Lopes. A dimensão subjetiva do discurso jornalístico: o *ethos* e o *pathos* nos editoriais do *Correio da Manhã* e *d'O Globo* sobre a deposição de João Goulart. In: GARCIA, B. R. V. et al. (Orgs.). *Análises do discurso: o diálogo entre as várias tendências na USP*. São Paulo: Paulistana, 2009. Disponível em: <[http://gerar-usp.org/doc/Artigo\\_EPED\\_ELP.pdf](http://gerar-usp.org/doc/Artigo_EPED_ELP.pdf)>. Acesso em: 20-11-2015.

RECLA, Adriana. Análise do discurso em questão: a construção do *ethos* discursivo em discursos indígenas. *Verbum – Cadernos de Pós-Graduação*, n. 1, p. 93-108, 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/9068/7002>>. Acesso em: 26-11-2015.

SILVA, Ana Paula Rosa da; MOREIRA, Jani Alves da Silva. Políticas educacionais no programa Brasil sem Homofobia: primeiras aproxima-



*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

ções. *Revista Eletrônica de Educação*, ano V, n. 10, jan./jul. 2012. Disponível em:

<[http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2012/3/466\\_660\\_publipg.pdf](http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes/paginas/2012/3/466_660_publipg.pdf)>. Acesso em: 23-11-2015.